



## RESOLUÇÃO N° 001/2023

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares do Município de Nova Veneza.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Nova Veneza, no uso das suas atribuições estabelecidas pela Lei Municipal n° 1079 de 30 de novembro de 2017, de seu regimento interno e a deliberação, por unanimidade, em reunião ordinária realizada no dia 03 de abril de 2023.

CONSIDERANDO que é competência do CMDCA indicar a Comissão Especial Eleitoral, composta por membros do próprio Conselho e de cidadãos representantes de entidades não governamentais de ilibada conduta, reconhecida idoneidade moral e que estejam registradas no CMDCA;

CONSIDERANDO que poderão compor a Comissão Especial Eleitoral, até 2 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho (art.34, § 2° da Lei Municipal n° 1079/2017);

RESOLVE DIVULGAR OS MEMBROS DA COMISSÃO:

*Vânia G. Ferreira*  
Vânia Gomes Ferreira

Presidente Comissão Especial Eleitoral

*Tábate A. de Oliveira*  
Tábate Araújo de Oliveira

Membro

*Marco T. Amaral Borges da Silva*  
Marco Tulio Amaral Borges da Silva

Membro

*Ana Cristina Temóteo da Silva*  
Ana Cristina Temóteo da Silva

Vice-Presidente

*Lucinei da Costa*  
Lucinei da Costa

Membro

*Andréa Vargas de S. Borges*  
Andréa Vargas de Souza Borges

Membro

§ 1º. Onde, foi eleita pelos membros como Presidente da Comissão Especial Eleitoral, a Senhora Vânia Gomes Ferreira.

Art. 3º. Compete à Comissão Especial Eleitoral:



I - Conduzir o Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, cumprindo o disposto no Edital nº 01/2023, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e demais normas aplicáveis;

II - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de registro e impugnação de candidaturas e outros incidentes ocorridos na realização do Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar;

III - Dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos;

IV - Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

V - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

VI - Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

VII - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do Processo de Escolha aos candidatos considerados habilitados para o processo eleitoral, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

VIII - Escolher e divulgar os locais de votação e apuração dos votos;

IX - Realizar, com apoio do Poder Executivo municipal, as gestões necessárias à obtenção de urnas eletrônicas e listas de eleitores, efetuando todo planejamento necessário para que sejam cumpridos os prazos estabelecidos, inclusive pela Resolução nº 22.685/2007 do TSE;

X - Providenciar a confecção das células para votação manual, conforme modelo a ser aprovado (caso não seja possível adquirir urnas eletrônicas);

XI - Adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito, podendo, para tanto, selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os presidentes e mesários, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do Processo de Escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

XII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do Processo de Escolha e apuração;



XIII - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

XIV - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

XV - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

XVI - Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

XVII - Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores;

XVIII - Resolver os casos omissos.

Art. 4º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer à Comissão Especial Eleitoral assessoria técnica (inclusive jurídica) necessária ao regular desempenho de suas atribuições.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nerópolis, 03 de abril de 2023.

**Vânia Gomes Ferreira**

Presidente da Comissão do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares